



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 829/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11436/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha – FAPESB.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Sr. Afonso da Silva Reis, Presidente da FAPESB, à época.

6- Unidade Técnica: DICERP – Relatório de Inspeção nº 011/2016 (fls. 185/197).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4970/2016-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 198/200).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha – FAPESB. Exercício de 2015.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Determinações à Origem e às Próximas Comissões.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares as Contas de responsabilidade do Senhor **Afonso da Silva Reis**, Diretor do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Município de Barreirinha - FAPESB, referente ao exercício de 2015, conforme art. 22, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM;

9.2- Aplicar Multa ao responsável nos valores de:

9.2.1- R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, devido às restrições elencadas nas Restrições n. 01 – itens “a”, “b”, “c”; 02 – itens “a”, “b”, “c”; 03 – itens “a”, “b”, “c”; 06; 07; 08; 09; 10 e 11, do Relatório/Voto;

9.2.2- R\$ 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito e vinte e cinco centavos) nos termos do art. 54, VII, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, IV, “b”, da Resolução 4/2002, por reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal, devido às restrições elencadas nas Restrições n. 4 e 5, do Relatório/Voto;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 829/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual das MULTAS discriminadas no item 9.2 deste Acórdão, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96;

9.4- Expirado prazo estabelecido, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração das cobranças executivas em caso do não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.5- Determinar à origem que:

9.5.1- Ao elaborar processos de ineligibilidade observar as normas atinentes à matéria, em especial a Lei 8.666/93 no que diz respeito a(o):

- Projeto Básico capaz de detalhar de forma clara e sucinta o objeto a ser contratado (art. 7º, I, da Lei nº 8.666/93);
- Comprovação da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93);
- Justificativa do preço (art. 26, III, da Lei nº 8.666/93);
- Parecer técnico ou jurídico emitidos sobre a Inexigibilidade de licitação (art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93);

9.5.2- Que solicite do Poder Executivo a cessão de pessoal qualificado para auxílio dos afazeres administrativos do Fundo Previdenciário, uma vez que não há recursos suficientes para a contratação e/ou realização de concurso público;

9.5.3- Que suas diárias sejam autorizadas por chefe imediatamente superior, ao invés de autorização própria;

9.5.4- Tome providências imediatas para a elaboração/criação da Lei Municipal que dispõe sobre o Quadro de Pessoal em Cargo Público (Efetivo), Comissionado e FG do FAPESP, junto ao Poder Legislativo Municipal de Barreirinha.

9.6- Determinar às próximas Comissões designadas a vistoriar o FAPESB do Município de Barreirinha que verifiquem o cumprimento das determinações elencadas no Relatório/Voto.

10- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de Outubro de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____

De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 829/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral